

DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO E SUA IMPLICAÇÃO SOBRE A POBREZA NO ESTADO DA BAHIA

Andreia Andrade dos Santos¹; Daniel Nogueira Silva²; Rosebergue Valverde³;

1 Bolsista do PET/MEC - SESU, Graduanda do Curso de Ciências Econômicas na Universidade Estadual de Feira de Santana; email: andreaandradeds@gmail.com

2 Bolsista do PET/MEC - SESU, Graduando do Curso de Ciências Econômicas na Universidade Estadual de Feira de Santana; email: lider.daniel12@gmail.com

3 Orientador, Doutor em Economia pela Universidade de Paris XVIII, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Tutor do PET- Economia, Universidade Estadual de Feira de Santana, email: r-valverde@uol.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Desemprego; Feminização da Pobreza; Políticas Públicas

INTRODUÇÃO

O Estudo do desemprego tornou-se mais comum no Brasil após a década de 1990, período no qual se intensificou a incidência deste problema. Apesar da queda em sua porcentagem nos últimos anos, o desemprego ainda é grande no Brasil, abarcando 10,5% da população em 2011. Salvador apresenta o maior índice de desemprego dentre as capitais do país, chegando ao índice de 15,3% neste mesmo período.¹ Apesar de afetar de forma generalizada a população, o crescimento do desemprego comprometeu principalmente indivíduos com características parecidas, tais como as mulheres, negras(os), jovens e pessoas com escolaridade intermediária.² Analisando-se uma destas características, a disparidade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, percebe-se que o gênero ainda é uma forma de discriminação, o que pode ser confirmado através de diversos estudos publicados. Em se falando de remunerações, segundo dados do Cadastro Central de Empresas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil apresenta a maior diferença salarial entre homens e mulheres no mundo (25% no ano de 2010), mesmo estas últimas apresentando mais anos de estudos, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Levando-se em consideração que a problemática do desemprego e da discriminação no mundo do trabalho afetam alguns segmentos de forma mais intensa, é importante a compreensão do porquê e de como é possível amenizar estes problemas. Neste intuito, este trabalho irá apresentar qual a parte da população baiana, mais especificadamente da Região metropolitana de Salvador como estudo de caso, é mais afetada com o problema da pobreza, do desemprego e das disparidades no mundo do trabalho, apresentando, para isso, o conceito de feminização da pobreza, e propondo medidas a serem tomadas para amenizar estes problemas.

METODOLOGIA

A pesquisa feita para a construção desse trabalho pode ser classificada como descritiva, já que teve como intuito a observação da existência de associações entre variáveis (discriminação de gênero no mundo trabalho e Feminização da pobreza), com a finalidade de encontrar possíveis soluções para amenizar o problema. O procedimento técnico utilizado neste estudo foi a pesquisa bibliográfica, que teve como base, material já existente e constituído de livros,

¹ Esses dados tiveram como referência o DIEESE (www.dieese.org.br)

² Dados provenientes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA

artigos científicos, publicações periódicas, e, principalmente, análise do banco de dados publicados em sites do DIEESE, IBGE e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que possuem grande diversidade de análises estatísticas. Este procedimento é de grande vantagem, pois permite a investigação de uma forma mais ampla com a utilização de dados publicados anualmente por Institutos e Departamentos de grande prestígio no país, não havendo a necessidade de fazer um trabalho de campo, o que facilitou o estudo, já que a área em consideração é bem abrangente (Bahia e Região Metropolitana de Salvador).

DISCUSSÃO

O conceito de Feminização da Pobreza tem como hipótese a afirmação de que as mulheres têm se tornado mais pobres do que os homens. Esse processo se aprofundaria a medida que a mulher com filhos passasse a se tornar “chefe de família”, o que vem se intensificando nos últimos anos (MEDEIROS e COSTA, 2008), o que pode ser observado no Gráfico 1, que mostra uma queda nos domicílios chefiados por homens e um aumento dos lares chefiados por mulheres, observando os tipos de lares como um todo. Neste sentido, o fundamento estaria no aumento na diferença de níveis de pobreza entre mulheres e homens, ou principalmente, entre os domicílios chefiados por mulheres e aqueles chefiados por homens ou casais.

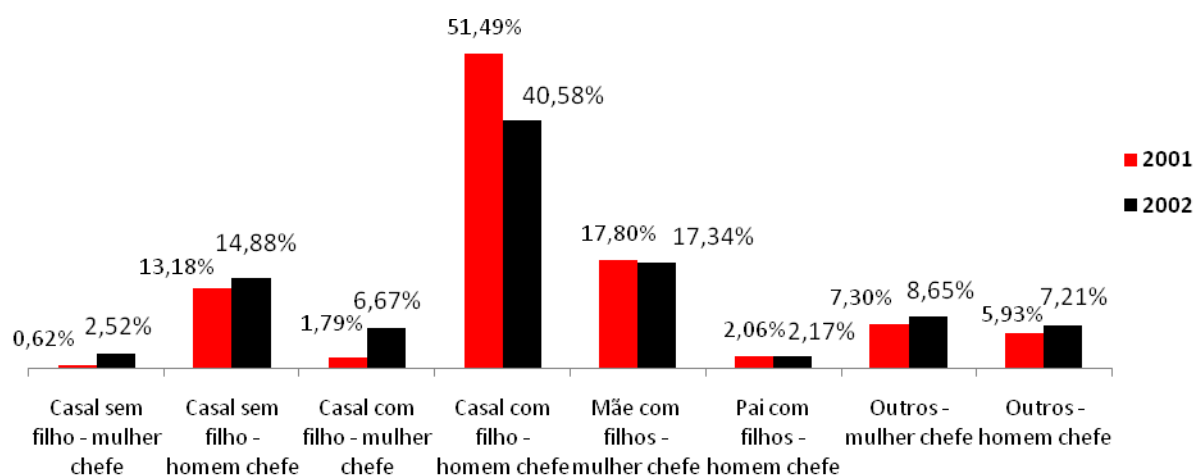


Gráfico 1- Distribuição percentual das famílias por tipo e sexo da pessoa de referência – Brasil, 2001 e 2009 (em %)

Fonte: PNAD/IBGE
Elaboração: Própria

É importante observar que, no caso das mulheres, dois fatores preponderavam: a questão cultural, na qual a mulher continua sendo considerada dona de casa e a responsável pelo cuidado dos filhos. E, por outro lado, a necessidade das mulheres de baixa renda, em diversos casos as únicas provedoras de renda da casa, sair em busca de trabalho para sustento da família.

O crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho, neste sentido, ocorreria com a adição de diversos problemas, como o predomínio de mulheres que: trabalham em tempo parcial ou em regime de trabalho temporário, já que estas precisam de tempo livre para cuidar da casa e dos filhos; encontram trabalho que exija menor qualificação e maior precarização; possuem salários menores que os homens; trabalham em grande parte informalmente ou, na pior das hipóteses, tornam-se desempregadas.

É tendo como base o pressuposto de que as mulheres possuem índices de desemprego maiores (58,39% da População Economicamente ativa de Salvador no ano de 2011, segundo o DIEESE), salários menores (25% a menos), além de diversas formas de discriminação no emprego, que surge a discussão sobre a necessidade de Políticas Públicas voltadas para mulheres pobres “chefes de família”, tomando como hipótese de que, entre as mulheres, estas são as que mais sofrem com estes problemas. É importante deixar nítido que a utilização de políticas públicas não ocorreria no intuito de acabar com o problema em discussão neste trabalho, mas sim como uma forma de amenizar o que já é comprovado: o aumento das mulheres “chefes de família” vem sendo acompanhado pelo aumento do desemprego feminino (já que estas entram no segmento da sociedade considerado entre aqueles que estão em busca de emprego e estão em idade ativa), e com um problema que acompanha a sociedade há diversos anos, que é a discriminação por gênero (mulheres que ganham menos e possuem a maior parte dos trabalhos precarizados).

Dentre as localidades mais necessitadas de medidas públicas como estas, temos o Estado da Bahia com um dos maiores índices de desemprego no Brasil. Como já apresentado, as mulheres representam mais da metade da população desempregada, e, quando ocupadas, apresentam menores rendimentos do que os homens. Juntamente com estes índices, observa-se que tem crescido o número de mulheres que estão sustentando sozinhas seus lares (o que é comprovado pelos dados do Gráfico 1).

Estudos publicados pela Revista Social da USP mostram que está havendo um aumento expressivo do número de mulheres pobres em comparação aos homens nesta mesma situação (AGIER, 1990).³ Somando-se a este estudo o fato de que se tem aumentado o número de mulheres desempregadas e as disparidades entre homens e mulheres no mundo trabalho, fica nítida a necessidade de políticas públicas às mulheres desempregadas, e necessariamente àquelas únicas provedoras do sustento de suas casas.

Este trabalho não nega o fato de já existirem medidas sociais do governo direcionadas as famílias de baixa renda com crianças em idade de estudo, por exemplo, e que acabam atingindo de alguma forma o seguimento da sociedade em estudo neste artigo. Porém, o que este trabalho está tentando reafirmar é que há a necessidade de políticas públicas, ou pelo menos um direcionamento da “atenção” do governo, às mulheres desempregadas ou com trabalhos mais precarizados como os informais, principalmente as “chefes de famílias”, porque estas configuram uma grande parte da sociedade brasileira que estão entre as pessoas incluídas na linha da pobreza, tendo entre os principais Estados afetados a Bahia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado parcial deste artigo tem-se que as disparidades entre homens e mulheres no mundo do trabalho ainda são evidentes, e, destas, as pobres, “chefes de famílias”, são as mais

³ O SEXO DA POBREZA, vide referências

prejudicadas. Evidencia-se, assim, o porquê da pobreza atingir intensamente as mulheres consideradas “chefes de família”: analisando-se como estudo de caso a cidade de Salvador, 58,39% da população desempregada é feminina e aquelas que estão empregadas sofrem de discriminação por gênero, o que é expresso na diferença salarial, já que as mulheres ganham 25,61% menos que os homens na capital baiana, segundo dados do DIEESE. Com o aumento do número de mulheres “chefes de família”, elas passam a se submeter às piores formas de trabalho precarizado, ou ainda, quando se tornam desempregadas, tornam-se vítimas da pobreza, juntamente com os seus dependentes. Assim, percebe-se a necessidade de políticas públicas voltadas para este seguimento da sociedade, principalmente no Estado da Bahia, que, tomando-se como referência a Região Metropolitana de Salvador, é o que mais sofre com o desemprego no Brasil, principalmente desemprego feminino e de mulheres “chefes de família”.

REFERÊNCIAS

AGIER, Oscar. **O sexo da pobreza**. Homens, mulheres e famílias numa “avenida” em Salvador da Bahia. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 2(2): 35-60, 2.sem. 1990

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 13ª edição rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2008. 212p.

BASE DE DADOS Econômicos. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 4 de agosto de 2012.

BASE DE DADOS Econômicos. Disponível em: < <http://www.dieese.org.br/home.xml>>. Acesso em: 5 de agosto de 2012.

BASE DE DADOS Econômicos. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 4 de agosto de 2012.

MEDEIROS, M. e J. COSTA (2008). “**Is There a Feminization of Poverty in Latin America?**”[Há uma feminização da pobreza na América Latina?] World Development 36 (1): 115-127

PED, Pesquisa de Emprego e Desemprego DIEESE; **A inserção da mulher no mercado de trabalho da região metropolitana de Salvador**. Março de 2012. Disponível em: < <http://www.dieese.org.br/ped/ssa/mulherssa2012.pdf>>. Acesso em: 01 de agosto de 2012.